

ANEXO ÚNICO**Serviço de Limpeza e Conservação**

Art. 1º Este Anexo estabelece as normas relativas à contratação de serviços de limpeza e conservação no âmbito das unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 2º Considera-se prestação de serviços de limpeza e conservação as atividades que visam a obter condições adequadas de salubridade e higiene, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, em conformidade com os requisitos e condições previamente estabelecidos no termo de referência e/ou projeto básico.

Art. 3º Serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de 8 (oito) horas diárias, de acordo com os limites superiores das produtividades de referência previstos no Anexo VI-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, consubstanciados na tabela abaixo:

Parâmetros	Produtividade
I - Áreas Internas:	
a) Pisos acarpetados	1.200 m ²
b) Pisos frios	1.200 m ²
c) Laboratórios	450 m ²
d) Almoxarifados/galpões	2.500 m ²
e) Oficinas	1.800 m ²
f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão	1.500 m ²
g) Banheiros	300 m ²
II - Áreas Externas:	
a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	2.700 m ²
b) Varrição de passeios e arruamentos	9.000 m ²
c) Pátios e áreas verdes com alta frequência	2.700 m ²
d) Pátios e áreas verdes com média frequência	2.700 m ²
e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência	2.700 m ²
f) Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária	100.000 m ²
III - Esquadrias Externas:	
a) Face externa com exposição a situação de risco	160 m ²
b) Face externa sem exposição a situação de risco	380 m ²
c) Face interna	380 m ²
IV - Fachadas Envidraçadas (observada a periodicidade prevista no Projeto Básico)	160 m ²

§ 1º As unidades contratantes estabelecerão metodologia para a contratação de serviços de limpeza e conservação compatível com a produtividade prevista neste artigo.

§ 2º Nas Unidades da RFB cujo atendimento prestado funciona durante 4 (quatro) horas diárias, fica autorizada a adequação dos índices de produtividade de que trata este artigo, de forma a ser

(Anexo Único da Portaria RFB nº 894, de 15 de maio de 2019.)

possível a contratação de 1 (um) posto de 6 (seis) horas diárias, e de 1 (um) posto de 8 (oito) horas diárias naquelas cujo funcionamento é de 6 (seis) horas.

Art. 4º Contratos em execução e prorrogações em andamento que não satisfaçam os limites superiores das produtividades de referência deverão ser negociados com vistas a atender o disposto no artigo 3º.

§ 1º Em caso de impossibilidade de negociação, deverá ser adotada supressão de 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no prazo de até 60 (sessenta) dias da publicação desta Portaria.

§2º Concomitantemente, deverão ser adotados os procedimentos necessários com vistas a promover nova licitação, de modo a observar os índices de produtividade definidos no artigo 3º.

Art. 5º Não havendo definição em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou sentença normativa aplicáveis, os banheiros na RFB serão considerados:

I – privados, aqueles definidos como privativos de determinada autoridade ou que estiverem inseridos em área restrita do órgão, de circulação exclusiva ou majoritária de servidores e colaboradores;

II – coletivos, aqueles localizados em áreas abertas à livre circulação do público em geral.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de posto específico para recolhimento de lixo e limpeza de instalações sanitárias coletivas, deverá constar menção expressa no edital, incluso o grau de insalubridade definido em CCT, ACT ou sentença normativa, ou ainda, em caso de não definição, o grau máximo de 40% (quarenta por cento).



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 30/04/2024 21:08:36 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Documento autenticado digitalmente em 30/04/2024 21:08:36 por GUSTAVO AMORIM ANTUNES.

Esta cópia / impressão foi realizada por GUSTAVO AMORIM ANTUNES em 29/05/2024.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP29.0524.14586.DWGH

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
29AB3342EA1BB3E3270AFD266995BBC7F4378E55D05C13B7A8BE1B4D01130815